

COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-COAD

Termo de Referência 152/2025

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

152/2025

200334-COORDENACAO DE ADMINISTRACAO-COAD

Editado por

LUCIANO ANGELO SILVEIRA

Atualizado em

04/12/2025 10:46 (v 0.14)

Status

ASSINADO

Outras informações

Categoria

II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo

Número da Contratação

Processo Administrativo

08211000263202510

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de 21 (vinte e uma) LANCHAS DE PATRULHA E INTERCEPTAÇÃO (LPI) e 21 (vinte e uma) CARRETAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e pormenorizada no seu Anexo 1 (Especificações Técnicas da LPI) bem como destacada na tabela abaixo.

| GRUPO 1 | | | | | | |
|-------------|------------------------------------|--------|-------------------|--|------------|---------------------------------------|
| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATMAT | UNIDADE DE MEDIDA | VALOR UNITÁRIO ESTIMADO MÁXIMO ACEITO | QUANTIDADE | VALOR TOTAL ESTIMADO MÁXIMO ACEITO |
| 1 | LANCHA DE PATRULHA E INTERCEPTAÇÃO | 48011 | Unidade | R\$ 3.893.333,33 | 21 | R\$ 81.759.999,93 |
| 2 | CARRETA PARA TRANSPORTE RODOVIÁRIO | 604551 | Unidade | R\$ 116.539,90 | 21 | R\$ 2.447.337,90 |
| VALOR TOTAL | | | | | | R\$ 84.207.337,80 |

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2.1. Os itens serão agrupados em um único grupo, tendo em vista ser inviável fabricantes diferente, por conta das dimensões de cada item para mais ou para menos. Outra vantagem do agrupamento dos itens ser refere à vantagem técnica e econômica, uma vez que o mesmo fornecedor já teria todas as dimensões da embarcação por ele fabricada.

1.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação, que será de dois anos e sete meses, prorrogáveis nos termos do art.105 da Lei nº 14.133/2021.

FUNDAMENTAÇÃO PARA A VEDAÇÃO À AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO – CARONA

1.4. Compartilhamento de processos de aquisição é medida gerencial que visa maior eficiência da Administração. O Decreto nº 11.462/2023 prevê como meio para compartilhamento de processos os institutos da Participação e da Adesão. A Participação se dá desde a fase interna e torna os quantitativos totais demandados conhecidos do mercado, influenciando o preço e a competição. A adesão, por ser posterior, não tem esse mesmo efeito, mas, ela pode ser facultada pois a colaboração entre órgãos compensa em agilidade e redução de custos da realização de procedimento licitatório o ganho em escala que não se efetivou em relação aos quantitativos que são agregados ao processo a posteriori. No caso em tela, por se tratar de um equipamento de trabalho cuja especificidade se adequa especialmente às necessidades da Polícia Federal, não será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços. Sendo as aquisições a serem feitas de modo centralizado e de forma parcelada levando-se em conta a disponibilidade orçamentária do exercício.

FUNDAMENTAÇÃO PARA A UTILIZAÇÃO DO PREGÃO INTERNACIONAL - DA AMPLIAÇÃO DA COMPETITIVIDADE E REFLEXOS NA OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS DO ÓRGÃO.

1.5. Na disciplina das licitações, o Pregão, acabou tornando-se a modalidade de eleição para a aquisição de bens comuns justamente porque sua fase competitiva, ao congrega todos os interessados que antes eram excluídos na fase de habilitação, aumentou o universo de concorrentes. Durante o Estudo Preliminar, observou-se que essa ampliação do rol de participantes é vital para a obtenção do binômio melhores preços/melhores especificações. O que a licitação internacional aplicada nos termos do Art. 52 da Lei nº 14.133/2021, proporciona um rol ampliado de competidores. Note-se que a participação de empresas nacionais não se altera e resta garantida sua isonomia por meio da equalização das propostas.

1.6. Na prática, é importante aplicar a regra de isonomia de condições entre licitantes brasileiros e estrangeiros, procedendo-se a equalização de impostos à proposta do licitante estrangeiro, consoante obrigatoriamente se aplica na proposta do licitante nacional, quais sejam: IPI, PIS, COFINS E ICMS.

1.7. Nesse cenário, aplicar-se-á a regra de margem de preferência para bens produzidos no País, na forma definida no artigo 26 da Lei nº 14.133/2021.

1.8. A adoção da licitação internacional trará uma série de vantagens, podendo-se citar:

1.9.1. possibilidade de adquirir equipamentos com tecnologia avançada sem exclusão de empresas nacionais que atendam às especificações e certificações exigidas conforme doutrina e critérios técnicos;

1.9.2. redução do valor do bem a ser adquirido diretamente do exterior;

1.9.3. ampliação da competitividade, pela possibilidade de participação de empresas estrangeiras, o que não exclui a participação de empresas nacionais.

1.9.4. economia trazida aos cofres públicos, em especial para o orçamento da Polícia Federal permitirá a aquisição de mais equipamentos com o mesmo orçamento no caso de itens não produzidos ou disponibilizados por empresas nacionais.

DA ACEITAÇÃO DE PROPOSTAS EM MOEDA ESTRANGEIRA

1.10. Conforme Art. 52, §3º, da Lei 14.133/21, o edital de licitação deverá conter, obrigatoriamente, " As garantias de pagamento ao licitante brasileiro serão equivalentes àquelas oferecidas ao licitante estrangeiro.". É notório que a moeda utilizada nas transações comerciais internacionais é o dólar americano, e, em menor escala, o Euro. O Real brasileiro não é a moeda de eleição nesses casos e não representa um padrão, inclusive de estabilidade monetária, de modo que se possa firmar um compromisso de registrar preços por um ano, sem possibilidade de reajustamento, utilizando-o como parâmetro. Note-se que se está a falar de registro de preços e não de contratação certa, a ser firmada logo após a adjudicação/homologação do objeto. O rol diminuto e específico de fornecedores conhecidos não terá interesse em participar e fixar compromisso de fornecimento de bens pelo tempo de vigência da ata de registro de preços, que é de 12 meses, se não puder fazê-lo em moeda estrangeira, Euro ou Dólar. Não admitir proposta em moeda estrangeira é diminuir a competitividade e inserir álea que fará aumentar os preços em decorrência da expectativa de riscos.

DA EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS E TRIBUTOS

1.11. A equalização tributária é o principal objetivo da equalização de preços em licitações internacionais. O processo consiste em somar, para fins de julgamento, os tributos que incidiriam sobre a proposta do licitante estrangeiro, garantindo isonomia com os custos das propostas nacionais.

1.11.1. ELEMENTOS A SEREM EQUALIZADOS

1.11.1.1. O valor da proposta estrangeira é a base para o cálculo dos encargos;

1.11.1.2. Os impostos equalizados serão: PIS (Programa de Integração Social, COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

1.11.1.3. O modelo de proposta internacional (anexo 6 a este Termo de Referência) e o edital especificarão as alíquotas a serem utilizadas.

1.11.1.4. A conversão para moeda nacional será feita usando a taxa de câmbio (por exemplo, PTAX) do dia anterior à abertura das propostas.

1.11.1.5. Para o resultado final do julgamento das propostas, o valor equalizado, que inclui o preço original mais os encargos simulados, será usado para comparar a proposta estrangeira com as propostas nacionais.

1.11.1.6. Após a fase final de lances, identificado o vencedor, em sendo empresa estrangeira, o pregoeiro lançará no campo valor negociado, dentro do sistema, os preços sem os encargos, de acordo com a imunidade tributária inerente ao órgão contratante da Administração direta.

1.11.1.7. Após a equalização, o valor mais baixo será considerado o vencedor.

1.11.1.8. Os fornecedores não nacionais, interessados, deverão atentarem-se ao Modelo de Proposta Internacional constante do Anexo 6 deste Termo de Referência.

DA NÃO ADMISSÃO OU NÃO DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS EM CONSÓRCIO

1.11.1.9. Para se admitir ou não a participação de empresas reunidas em consórcio, necessário ponderar a respeito de como se dá o fornecimento dos bens que se pretende adquirir. A participação em consórcio interessa ao adquirente /contratante normalmente quando a solução proposta é complexa e não se apresenta como item de estoque, configurando uma solução a ser construída em que as partes que a compõem são fornecidas por diferentes atores do mercado e estas representam porções representativas do todo e essas porções necessitam ser recebidas de modo integrado e simultâneo. O conteúdo tecnológico e de transferência de conhecimento também é verificado na formação de consórcios para aquisição de soluções policiais/militares complexas. Outro enfoque que recomenda a admissão de consórcios é o da economicidade. Toda vez que uma empresa contrata outra para realizar parte de um objeto ela agrega ao valor cobrado da Administração lucro e tributos. Considere-se ainda que a participação de empresas reunidas em consórcio poderá influenciar negativamente a competição, conforme justificado no Estudo Técnico Preliminar.

1.11.1.10. Por isso subcontratações normalmente devem ser admitidas em percentual reduzido em face ao valor total da contratação. Face a isso, não será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

DA NÃO ADMISSÃO DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

1.11.1.11. A Lei nº 12.690/2012 permite a participação de cooperativas em licitações para serviços que estejam previstos em seu objeto social. Isto posto, elimina-se a possibilidade da participação de cooperativas, tendo em vista que o objeto se trata de aquisição de bens permanentes e não contratação de serviços.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: : 00394494000136-0-000025/2025;

II) Data de publicação no PNCP: 16/05/2024;

III) Id do item no PCA: 189;

VI) Classe/Grupo: 1990 - EMBARCAÇÕES DIVERSAS;

V) Identificador da Futura Contratação: 200334-286/2025;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico (item 2) dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. No caso de empresas estrangeiras, considerando que o guia internacional de fabricação sustentável não é um documento único, mas um conjunto de normas, diretrizes e certificações que ajudam as indústrias a adotarem práticas ambientalmente responsáveis, as empresas estrangeiras devem seguir os princípios dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) da ONU, a exemplo o ISSO 14001;

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação das seguintes marcas como referência de qualidade equivalente, similar ou de qualidade superior, são as marcas: ZODIAC; TITAN BOAT; STREIT MARINE; METAL-CRAFT e ASIS BOAT, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares:

4.2.1. O fornecedor deverá apresentar, junto com a proposta, as seguintes especificações construtivas da embarcação ofertada: casco e convés, projeto do fundo, sistema de colar de FOAM e cálculos da norma ISO 122217-1-2015. Além disso, a empresa deverá fornecer documentação pertinente de engenharia, imagens e modelos em 3D ou desenhos GA, apresentando especificamente cada uma das características de projeto e como este atende aos requisitos.

4.3. A CONTRATANTE exigirá que o interessado comprove desempenho e qualidade compatíveis com as marcas indicadas como referência, por meios dos procedimentos de prova de qualidade estabelecidos no art.42 da Lei nº 14.133/2021.

4.4. A Administração deverá envidar esforços, para que a Equipe de Planejamento visite o estaleiro durante a construção da LANCHAS 01, em data a programar, preferencialmente ao fim da construção, com o intuito de verificar se a LANCHAS 01, que será a lancha "modelo" para a produção das demais, está em conformidade com este TR e seus anexos. A verificação prévia é salutar. a fim de não gerar prejuízos futuros a administração.

4.5. Antes da produção em série e entrega final das embarcações, a fim de verificar a conformidade dos requisitos técnicos definidos no Termo de Referência, a CONTRATADA deverá comunicar previamente a Contratante para a apresentação da LANCHIA 01 na fábrica da empresa ou local equivalente, com as respectivas adaptações e grafismos, em atendimento às especificações técnicas do objeto, devendo a Contratante apresentar relatório de vistoria, assinado pela empresa e pelos servidores da Polícia Federal, com objetivo de comparar as especificações técnicas mínimas exigidas neste instrumento e seus Anexos no momento do recebimento definitivo. O relatório servirá de documento que orientará o recebimento das demais embarcações a serem entregues.

4.6. A Equipe técnica responsável pelo presente Termo de Referência realizará a avaliação da LANCHIA 01 conforme os critérios estipulados nas especificações técnicas e seus anexos.

4.7. Os custos de diária e passagens das Comissões serão realizados pela Polícia Federal

4.8. Após a assinatura do contrato (quando empresa brasileira) ou da emissão da carta de crédito (empresas estrangeiras), a LANCHIA 01 deverá ser apresentada no prazo mínimo de 180 (cento e oitenta) dias corridos a no máximo de até 270 (duzentos e setenta) dias corridos, contados a partir da emissão da carta de crédito.

4.9. A CONTRATADA deverá comunicar à Administração, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias corridos, sobre a disponibilidade da LANCHIA 01 para procedimentos de viagem da Equipe de Planejamento e a Área Técnica, podendo a data de aplicação dos ensaios ser prorrogada a critério da Administração.

4.10. Serão observados, pela equipe avaliadora, os critérios técnicos previstos neste Termo de Referência e anexos.

4.11. Todo subitem e item que faça alusão a motorização, equipamentos , acessórios, sobressalentes e etc que contenha os termos equivalente ou superior/ igual ou superior e seja apresentado um marca /modelo distinto do anexo 1 - caderno de especificação técnica , deverá ser apresentado laudo técnico ou parecer do fabricante do produto confirmando a equivalência/igualdade ou superioridade do apresentado pelo licitante, o qual será analisado pela equipe técnica da contratação.

Subcontratação

4.12. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

Garantia da contratação

4.13. *Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar e pelas razões abaixo:*

4.13.1. Trata-se de bens de fornecimento estanque, cuja incidência de defeitos é sanada por meio da troca /substituição dos bens no caso de vícios constatáveis de plano ou na vigência da garantia contratual/técnica. Ademais, as etapas de recebimento provisório e definitivo são filtros aplicados cujo efeito será resguardar a Administração que não pagará pelos materiais recebidos caso constatados inconformes.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.13.2. *Por conta dos valores da aquisição e da especificidade do objeto, o caso não se aplica a reserva de cota para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista o risco do não atendimento à demanda.*

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega total dos bens é de 31 (trinta e um meses) contados da assinatura do contrato em remessa parcelada de acordo com o cronograma de entregas disposto no Anexo 4 deste Termo de Referência.

5.2. As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:

| Parcela | Composição da parcela | Prazo de entrega na DPU BRASIL |
|---------|---------------------------|--|
| 1ª | 1 (uma) unidades do item | 10,5 MESES da Assinatura ASSINATURA DO CONTRATO |
| 2ª | 1 (uma) unidades do item | 13,5 (treze e meios) meses da Assinatura do contrato |
| 3ª | 2 (duas) unidades do item | 16, 5 (dezesesseis meses e meio) da Assinatura do contrato |
| 4ª | 2 unidades do item | 18, 5 (dezoito meses e meio) da Assinatura do contrato |
| 5ª | 2 unidades do item | 20,5 (vinte meses e meio) da Assinatura do contrato |
| 6ª | 2 unidades do item | 22,5 (vinte dois meses e meio) da Assinatura do contrato |
| 7ª | 2 unidades do item | 24,5 (vinte e quatro meses e meio) da Assinatura do contrato |
| 8ª | 3 unidades do item | 26,5 (vinte seis meses e meio) da Assinatura do contrato |
| 9ª | 3 unidades do item | 28,5 (vinte e oito meses e meio) da Assinatura do contrato |
| 10 | 3 unidades do item | 31 (trinta e um meses) da Assinatura do contrato |

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues nos endereços constante do Anexo 4 deste Termo de Referência

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O ANEXO 3 deste Termo de Referência e o item 19 dos Estudos Técnicos Preliminares tratam da Garantia da manutenção e assistência técnica, a saber: GARANTIA TÉCNICA; GARANTIA DO CASCO E SUPERESTRUTURA; GARANTIA E REVISÕES DO CONJUNTO ELÉTRICO / HIDRÁULICO; GARANTIA DE PINTURA; GARANTIA E REVISÕES DE MOTORES E SISTEMA DE PROPULSÃO; GARANTIA DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E DE NAVEGAÇÃO; GARANTIA DE EQUIPAMENTOS DE SALVATAGEM; GARANTIA DA CARRETA DE TRANSPORTE e GARANTIA DE FORNECIMENTO DE PEÇAS E REPOSIÇÃO.

- 5.6. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de acordo com o informado no ANEXO 3 deste Termo de Referência, pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 5.7. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.
- 5.8. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 5.9. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 5.10. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 5.11. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.12. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data da Notificação.
- 5.13. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 5.14. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 5.15. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 5.16. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 5.17. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. *Após a assinatura do contrato o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de*

execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.15.1. A Equipe técnica responsável pelo presente Termo de Referência realizará a avaliação da LANCH 01 (modelo para a fabricação das demais) nos termos dos itens 4.4 a 4.6 deste Termo de Referência, e baseando-se nos critérios estipulados nas especificações técnicas constantes do ANEXO 1 deste Termo de Referência;

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0.5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias. Entenda-se como parcela inadimplida o valor total de uma unidade de lancha não entregue.*

7.2.4.3. *. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (**dez por cento**) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 20% (vinte por cento) a **25% (vinte e cinco por cento)** do valor da contratação.*

7.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0.5% (**meio por cento**) a **2% (dois por cento)** do valor da contratação.*

7.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação [ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]*

7.2.4.7.1. Como itens específicos de inexecução parcial poder-se-ia citar: falta de acessórios, desgaste e fragilidade na pintura, defeito na estabilidade da embarcação, defeitos no caso da embarcação e/ou a não entrega total da quantidade dos itens licitados e ainda o não atendimento dos critérios de garantia destacados neste Termo de Referência e seu ANEXO 3.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4.os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelos responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá por unidade de bem, após os testes de aceitação, destacados no Anexo 2 deste Termo de Referência, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.8. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.11.1. o prazo de validade;

8.11.2. a data da emissão;

8.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.11.5. o valor a pagar; e

8.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.14.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.14.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária para empresas nacionais e valor atualizado da cotação da moeda para empresas estrangeiras.

8.20.1. No caso de empresas estrangeiras que tenham dado causa ao atraso na entrega, descumprindo o cronograma de entrega constante do Anexo 4 deste Termo de Referência, o valor pago será o valor da cotação moeda considerando a data programada no cronograma de entrega (Anexo 4 a este Termo de Referência).

Forma de pagamento

8.21. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta

vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.28.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis até o prazo final da entrega do último objeto, conforme o cronograma de entrega constante do Anexo 4 deste Termo de Referência.

justificativa da adaptação: *Conforme consta do TR e do Estudo Técnico, a entrega será parcela conforme cronograma de entrega, sem reajustes de preços.*

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO INTERNACIONAL*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*.

Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto será nos termos do Anexo 4 deste Termo de Referência.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. *Por tratar-se de contratação para registro de preços e o critério de julgamento o menor preço, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:*

9.4.1. *Valores unitários máximos:* de acordo com os valores de referências estabelecidos na tabela constante do item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.7. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.8. Empresas estrangeiras que não funcionem no Brasil:

9.8.1. Número Fiscal “TAX ID”;

9.8.2. Qualificação testimonial, comprovando através de documentos fornecidos por empresas privadas ou órgãos públicos, que a empresa tem expertise para fornecimento de equipamentos iguais ou superiores ao objeto a ser adquirido;

9.8.3. Demonstrações contábeis, “FINANCIAL STATEMENTS” referente ao último exercício financeiro;

9.8.4.O parágrafo único do art.70 da Lei nº 14.133/2021 prevê que as empresas estrangeiras devem apresentar documentos que demonstrem a habilitação jurídica, técnica, econômica e fiscal, equivalentes aos que seriam exigidos de uma empresa brasileira:

9.8.4.1. Exemplo de equivalência de documento de habilitação Jurídica: Uma empresa estrangeira deve comprovar sua regularidade apresentando a documentação equivalente ao ato constitutivo do país de origem;

9.8.4.2. Habilitação Fiscal: Em vez do CNPJ, a empresa estrangeira poderá apresentar o número de identificação fiscal (Tax Id) do seu país de origem, conforme informado no item 9.8.1 deste Termo de Referência.

9.8.5. Certidões de Regularidade: A empresa estrangeira deverá apresentar certidões equivalentes à certidão de falência e recuperação judicial do país de origem.

9.8.6. Os documentos apresentados inicialmente podem ser com tradução livre. Porém, se a empresa estrangeira for vencedora, os documentos serão exigidos obrigatoriamente, com tradução juramentada e apostilados, conforme o Decreto nº 8.660 de 29/01/2016, ou consularizados, para fins de assinatura do contrato.

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. A Lei nº 12.690/2012 permite a participação de cooperativas em licitações para serviços que estejam previstos em seu objeto social. Isto posto, elimina-se a possibilidade da participação de cooperativas, tendo em vista que o objeto se trata de aquisição de bens permanentes e não contratação de serviços.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

9.13.1. No caso da participação de empresas estrangeiras, estas deverão apresentar documento compatível.

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Qualificação Econômico-Financeira

9.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos dois últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.23. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação *capital mínimo* de 10% (dez por cento) do *valor total estimado da contratação*.

9.24. *Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;*

9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.28. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica

9.39. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, a licitante deverá apresentar Atestados de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público, nacional ou internacional (caso em que o documento deverá atender às normas para reconhecimento de documentos internacionais em território nacional pela Administração Pública), comprovando o fornecimento de lanchas compatíveis com as características iguais ou superiores às do objeto ora licitado e em quantidade mínima de 10 (dez) unidades ou quantidade superior ao quantitativo total do item ofertado.

9.30. Para fins de equivalência serão consideradas embarcações semirrígidas de uso policial, de guarda costeira, de resgate, de serviço ou militar, com casco de alumínio de tamanho entre 7,5m e 12 metros com motores de popa.

9.31. A necessidade da comprovação do fornecimento de, pelo menos, 10 (dez) unidades ou quantidade superiores ao quantitativo total do item ofertado se faz necessário em face do valor elevado dos bens e especificidade, qual seja: uma embarcação de uso na atividade policial, guarda costeira, interceptação, fiscalização ou militar, que não seja uma embarcação oriunda de atividades de esporte e recreio, e/ou embarcações de esporte e recreio modificadas ou adaptadas.

9.32. Ainda para fins de comprovação, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas (tudo na mesma embarcação): embarcações semirrígidas em alumínio naval com flutuadores, de uso policial, guarda costeira, interceptação, fiscalização ou militar; cabine de comando ou cockpit; propulsão por motor de popa compatível com o pedido no presente termo de referência e anexos; tamanho da embarcação de no mínimo 7,5 metros, não considerando os motores (ISO 8666:2002 embarcações pequenas).

9.32.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.33. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.34. A solicitação de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, se deve ao fato que as embarcações, objeto do certame, são de uso policial, ou seja, abordagem e interceptação.

9.35. Não serão aceitos atestado referentes a embarcações de esporte e recreio, e/ou embarcações de esporte e recreio modificadas apenas na pintura e grafismo e/ou protótipos. Entende-se como protótipo: algo feito pela primeira vez, muitas vezes, copiado ou imitado; estampados em sites, panfletos, catálogos o qual fora desenhado em programas de computação como corel, abode ou autocad, contudo nunca foram produzidos efetivamente. Ou ainda produzidos, mas nunca vendidos /comercializados;

9.35.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.35.1.1. Comprovar que a embarcação é fabricada por empresa construtora de navios e/ou construtor de embarcações e seja o proprietário do projeto ou tenha o direito de uso do projeto apresentado na proposta. Para tanto, deverá apresentar documentação demonstrando que é classificado pelo governo do local de suas atividades como sendo um Construtor de Navios e/ou Construtor de Barcos e do registro do projeto no Órgão competente;

9.35.1.2. Deverá, a Empresa, fornecer um certificado de existência, registro ou carta do governo do local de suas instalações fabris, declarando, para tanto, que é uma empresa registrada como um estaleiro naval - construtor de barcos ou navios.

9.35.2. . Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

- 9.35.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 9.35.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 9.35.5. Para fornecedores nacionais: prova de atendimento aos requisitos de fabricação de embarcações estabelecidos no Decreto Lei nº 244/1967, Lei nº 9.432/1997 e Lei nº 14.301/2022.
- 9.35.6. Para empresas estrangeiras, deverão comprovar o atendimento de normas e convenções internacionais da Organização Marítima Internacional (IMO) que estabelecem padrões globais mínimos, podendo comprovar o atendimento de pelo menos uma convenção, a exemplo da SOLAS, MARPOL, STCW, ou outra convenção do país de origem equivalente.

Disposições gerais sobre habilitação

- 9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre. Porém, se a empresa estrangeira for vencedora, os documentos serão exigidos obrigatoriamente, com tradução juramentada e apostilados, conforme o Decreto nº 8.660 de 29/01/2016, ou consularizados, para fins de assinatura do contrato.
- 9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato e da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.41. Após a entrega dos documentos de habilitação, não é permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência realizada pela Administração para:
- a) complementar informações de documentos já apresentados, e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, ou
 - b) para atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 84.207.337,80 (OITENTA E QUATRO MILHÕES, DUZENTOS E SETE MIL, TREZENTOS E TRINTA E SETE REAIS E OITENTA CENTAVOS) distribuído da seguinte forma, conforme consta do item 1.1 deste Termo de Referência:

| | | | |
|---------|--|--|--|
| GRUPO 1 | | | |
|---------|--|--|--|

| ITEM | OBJETO | VALOR UNITÁRIO ESTIMADO | QUANTIDADE | VALOR TOTAL ESTIMADO |
|------------------------|------------------------------------|-------------------------|------------|----------------------|
| 1 | LANCHA DE PATRULHA E INTERCEPTAÇÃO | R\$ 3.893.333,33 | 21 | R\$ 81.759.999,93 |
| 2 | CARRETA REBOQUE | R\$ 116.539,90 | 21 | R\$ 2.447.337,90 |
| TOTAL GERAL DO GRUPO 1 | | | | R\$ 84.207.337,80 |

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Por tratar-se de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilas

Brasília, 28 de novembro de 2025.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

MARCELO JOAO DA SILVA

Autoridade competente

GLAUCO VANILSON URACHE VIEIRA

Membro da comissão de contratação

FERNANDO RODRIGUES DOS SANTOS

Membro da comissão de contratação

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

que a lancha seja entregue nas mesmas condições do treinamento realizado.

4.1.53. A CONTRATANTE é responsável pelo custo do combustível utilizado durante o treinamento, colocação dos barcos no local do treinamento e fornecimento de instalações adequadas em sala de aula, conforme necessário.

4.1.54. A CONTRATADA apresentará o programa de treinamento à CONTRATANTE que será avaliado para a efetiva execução.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.*

5.2. *Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:*

5.2.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

5.2.2. *poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

5.3. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.4.3. Indenizações e multas.

5.5. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.6. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal no Distrito Federal, Seção Judiciária de Brasília/DF para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO 8

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão Eletrônico* nº.xxxxx/2025, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: DESPACHO 64993373 - COMPORTOS/DPF/PF

LUCIANO ANGELO SILVEIRA

Membro de banca avaliadora



Assinou eletronicamente em 04/12/2025 às 10:31:23.

Despacho: DESPACHO COMPORTOS/PF

RICARDO JOSE DA MOTA MOREIRA

Equipe de apoio

Despacho: Inst. da equipe de planejamento (SEI 64991518)

FERNANDO RODRIGUES DOS SANTOS

Equipe de apoio

Despacho: Inst. da equipe de planejamento (SEI 64991518)

MARCELO JOAO DA SILVA

Membro da comissão de contratação

Despacho: Despacho DLOG/PF

LANDERSON DE ARAUJO BASTOS RAMOS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 04/12/2025 às 10:46:54.

Despacho: Inst. da equipe de planejamento (SEI 64991518)

GLAUCO VANILSON URACHE VIEIRA

Equipe de apoio

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Mapa de risco Lanchas de patrulha e Interceptacao - LPI.pdf (251.95 KB)
- Anexo II - Minuta do Contrato LPI.pdf (379.17 KB)
- Anexo III - ETP_200334-000062-2025 (5).zip (4.06 MB)
- Anexo IV - ANEXO 6 AO TR - MODELO DE PROPOSTA PARA EMPRESAS ESTRANGEIRAS.pdf (84.28 KB)
- Anexo V - ANEXO 7 AO TR - MODELO DE PROPOSTA PARA EMPRESAS NACIONAIS .pdf (74.07 KB)
- Anexo VI - ANEXO 1 AO TR - DAS ESPECIFICACOES TECNICAS DAS LPI'S.pdf (14.6 MB)
- Anexo VII - ANEXO 2 AO TR - TESTE DE ACEITACAO DA EMBARCACAO - LPI.pdf (209.35 KB)
- Anexo VIII - ANEXO 3 AO TR - DAS GARANTIAS.pdf (206.77 KB)
- Anexo IX - ANEXO 4 AO TR - CRONOGRAMA DE ENTREGA DAS EMBARCACOES DE PATRULHA E INTERCEPTACAO.pdf (208.82 KB)
- Anexo X - ANEXO 5 AO TR - JUSTIFICATIVAS TECNICAS.pdf (322.51 KB)
- Anexo XI - ANEXO 8 AO TR - REGRAS DE TREINAMENTO.pdf (48.01 KB)